

Lula põe Forças Armadas em portos e aeroportos de SP e RJ

# Lula colocará as Forças Armadas para policiar portos e aeroportos de RJ e SP

Decreto para a Garantia da Lei e da Ordem é apresentado após o presidente descartar a medida

BRASÍLIA. O governo do presidente Lula (PT) anunciou nesta quarta-feira (1º) medidas para tentar enfrentar a crise na segurança pública no Rio de Janeiro.

Lula assinou um decreto para a GLO (Garantia da Lei e da Ordem) específica, em portos e aeroportos do estado e São Paulo. Nesses locais serão empregados, respectivamente, militares da Marinha e da Aeronáutica, na tentativa de combater o crime organizado. Os militares vão atuar nos portos do Rio, de Itaguaí (RJ) e de Santos (SP), além dos aeroportos do Galeão (RJ) e de Guarulhos (SP). Um interlocutor no governo explica que o aeroporto e porto paulista foram incluídos por serem os principais pontos de entrada de passageiros e cargas do país.

As GLOs são operações que autorizam militares atuar com poder de polícia. Ocorrem em situações em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública e devem ser feitas em caráter episódico, em área restrita e por tempo limitado.

Há menos de uma semana, o petista havia declarado que não haveria GLO enquanto ele fosse presidente. "Nesta semana, tive uma reunião com os três comandantes das Forças Armadas e com o companheiro [ministro da Defesa, José] Múcio para discutir uma participação dele no Rio de Janeiro. Eu não quero as Forças Armadas, sabe, na favela, brigando com bandido. Não é esse o papel das Forças Armadas. E, enquanto eu for presidente, não tem GLO", afirmou.

O ministro Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública), no entanto, minimizou a mudança no discurso. Afirmou que o mandatário do país se referia à Garantia de Lei e da Ordem com militares atuando em "bairros e ruas", sendo que o atual decreto incide sobre áreas que já são federais. As medidas foram anunciadas durante uma entrevista no Palácio do Planalto, com a presença de Lula, Dino e do ministro José Múcio (Defesa) e dos comandantes das Forças Armadas.



O ministro Flávio Dino conversa com Lula no evento de anúncio sobre medidas de segurança nesta quarta (1º) Pedro Ladeira/Folhapress

Durante o anúncio, Lula explicou que esse decreto de GLO vai durar até maio do próximo ano. O mandatário acrescentou que, se for preciso, haverá um reforço dessa atuação.

"A situação chegou a uma situação muito grave, a violência que nós temos assistido tem se agravado a cada dia e decidimos tomar uma decisão para que o governo federal participe ativamente com todo o potencial que tem para que possa ajudar os governos dos estados e o próprio Brasil a se livrar do crime organizado, quadrilha, tráfico de drogas e de armas", afirmou o mandatário.

Nas redes sociais, o governador Cláudio Castro (PL) elogiou a medida, declarando que o Brasil "deu um importante passo para o enfrentamento da criminalidade em todo o território nacional, com a união entre os estados e o governo federal".

Segundo Lula, haverá reforço de efetivo e equipamentos

extras na Polícia Federal, PRF (Polícia Rodoviária Federal) e Força Nacional em São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná.

"A PRF e Força Nacional manterão os efetivos extras no policiamento extensivo do Rio de Janeiro e nas rodovias federais", disse. Serão empregados 3.700 homens das Forças Armadas no planejamento, sendo 2.000 homens do Exército, 1.100 da Marinha e 600 da Aeronáutica.

No caso do aeroporto, Dino explica que a operação é liderada pela Aeronáutica. No caso da faixa de fronteira, o comando é do Exército. Já nos portos e nas baías de Guanabara, de Sepetiba e lago de Itaipua, o comando é da Marinha.

"Para termos a largueza que nós precisamos neste momento, o único instrumento disponível era a GLO. Esse foi o debate que tivemos durante semanas no governo, com ponto de vistas diferentes, mas nós todos concordamos

e levamos ao presidente da República, que também concordou com essa nova GLO, que é essa GLO em área federal, que na prática vai permitir que as Forças Armadas possam fazer tudo o que a Polícia Federal pode fazer", disse.

O ministro da Justiça ainda acrescenta que muitas das atribuições já estão previstas em lei complementar, mas de uma forma subsidiária. Agora, com o decreto, farão parte do rol de competências desses militares, nas áreas de atuação designadas.

Um dos comandantes das Forças Armadas explicou em reservado que a GLO foi adotada por dois motivos básicos. O primeiro deles foi para dar mais segurança jurídica para a atuação dos militares. Ele cita como exemplo o caso de defesa e revide a um possível ataque de criminosos, que possa resultar em óbitos. O militar então estaria mais resguardado.

Além disso, cita a melhor co-

ordenação com todos os órgãos envolvidos na operação.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, declarou que em 90 dias serão apresentados os gastos que serão feitos com todo o planejamento anunciado.

Do ponto de vista dos gastos, serão usadas as tropas existentes, o gasto adicional vai ser fruto desses investimentos que serão feitos e, eventualmente, do deslocamento das tropas. Se necessário for, vamos trazer de outras regiões, de outros estados", afirmou Costa.

O anúncio acontece nove dias após uma série de ataques de milicianos, que incendiaram ao menos 35 ônibus e um trem no Rio de Janeiro. A ação coordenada se deu em represália pela morte de Matheus da Silva Rezende, o Faustão, um dos líderes da maior milícia em atuação no estado.

O ataque foi o maior já registrado contra o transporte público do Rio de Janeiro, causando diversos transtornos para a população.

Ainda em outubro, três médicos foram assassinados após um deles ser confundido com um miliciano jurado de morte por um grupo rival. Um deles, Diego Ralf de Souza Bomfim, 35, era irmão da deputada federal licenciada Sâmia Bomfim (PSOL/SP).

A cidade do Rio de Janeiro vai selear no sábado (4) a final da Libertadores da América, que será disputada entre o Fluminense e o time argentino Boca Juniors. No dia seguinte, também será realizado o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

Nesta terça-feira (31), o ministro Dino já havia anunciado que a Força Nacional e a Polícia Rodoviária Federal iriam atuar no policiamento ostensivo durante o fim de semana de eventos na capital do Rio.

O decreto de GLO anunciado nesta quarta é o 25º do tipo no estado desde 1992, quando tanques ocuparam a capital fluminense para a realização da Eco-92, conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) para o meio ambiente.

Ao longo de 31 anos, a atuação das Forças Armadas se ampliou até o auge da intervenção federal na segurança pública, comandada pelo general Walter Braga Netto — que depois virou ministro de Jair Bolsonaro (PL).

As oito GLOs desde 2010 consumiram cerca de R\$ 2 bilhões, de acordo com dados do Ministério da Defesa. César Feitoza, Raquel Lopes, Renato Machado e Julia Chaib Colaborou Italo Nogueira, do Rio

“ Para termos a largueza que nós precisamos neste momento, o único instrumento disponível era a GLO. Esse foi o debate que tivemos durante semanas no governo [...], mas nós todos concordamos [...] com essa nova GLO, que vai permitir que as Forças Armadas possam fazer tudo o que a PF pode fazer

Flávio Dino ministro da Justiça

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 1